


GGAFI/DIGES	
Protocolo nº 33092.	/2016-
33902.511918/2016-11	
Data: 31/08/2016	Hora: 09:00
Assinatura: 	



NOTA n.º 005/2016/COGEC/GECOL/GGAFI/DIGES/ANS

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2016.

Assunto: Nota Técnica sobre prorrogação do contrato de prestação de serviços de banco de dados de sistemas de TI, com valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), para apreciação e autorização da Diretoria Colegiada, conforme DECRETO Nº 7.689, de 02 de março de 2012 e PORTARIA Nº 1.338, de 28 de junho de 2012 – MS.

Referência: Processo Administrativo n.º 33902.202132/2013-92

INFORMAÇÕES TÉCNICAS SOBRE A DESPESA

I. NATUREZA DO ATO

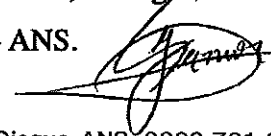
Autorização para prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 55/2012, firmado com a empresa CTIS TECNOLOGIA S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 01.644.731/0001-32, por mais 12 (doze meses), a contar de 29/10/2016 a 29/10/2017, nos termos do art. 57, II, da Lei 8.666/93 c/c art. 2º, § 2º, I, do Decreto n.º 7.689, de 2012 e art. 4º, X, da Portaria MS n.º 1338, de 2012.

II. OBJETO DO CONTRATO

O Contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de banco de dados de sistemas de TI.

III. ESTIMATIVA DE VALOR GLOBAL DA DESPESA E PROVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

O valor para 12 (doze) meses foi estimado em até R\$ 2.487.447,64 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), com recursos orçamentários assegurados, conforme Despacho de Disponibilidade nº 202/2016/CODOF/GEFIN/GGAFI/DIGES, à fl. 2255, Programa de Trabalho nº 10.126.2015.8727.0001, Fonte 0174, Natureza de Despesa 33903727, consignado no Orçamento Geral da União a cargo da Unidade Orçamentária nº 36.213 – ANS.



IV. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE, CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DA DESPESA

Conforme manifestação da Área Demandante (fl. 2214) do processo administrativo em referência, o serviço tem por finalidade garantir o funcionamento dos Bancos de Dados em produção e atividades de sustentação dos mesmos, evitando a total descontinuidade das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional da ANS.

V. ANÁLISE TÉCNICA E JURÍDICA


O procedimento foi submetido à análise da Procuradoria Geral junto à ANS, que emitiu o Parecer n. 00144/2016/GEADM/PFANS/PGF/AGU, fls. 2269/2270, onde entendeu não constar empecilhos para a efetivação da prorrogação contratual, desde que atendida a recomendação quanto a verificação da regularização da situação de habilitação da contratada com nova pesquisa no SICAF (e demais certidões, se necessário for – subitem 18)

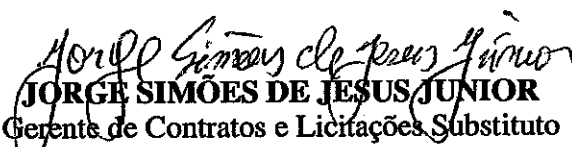
Quanto à minuta do Termo Aditivo, foi verificado pela PROGE que a mesma foi elaborada consoante as normas vigentes, merecendo aprovação.

As recomendações foram atendidas no Despacho nº 964/2016/GECOL/GGAFI/DIGES/ANS, fl. 2274, objetivando o prosseguimento dos procedimentos administrativos, tendo em vista a indispensabilidade do contrato, por se tratar de prestação de serviços de banco de dados de sistemas de TI para atender as necessidades da ANS.

VI. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, submetemos a presente Nota à apreciação do Senhor Diretor Adjunto de Gestão, sugerindo o encaminhamento à Diretoria Colegiada da ANS com a finalidade de deliberação acerca da autorização para prorrogação do Contrato Administrativo nº 55/2012, na forma do art. 2º, § 2º, I, do Decreto nº 7.689/2012 c/c art. 4º, X, da Portaria nº 1338/2012 – MS.


JONATAS BARBOSA XAVIER
Coordenador de Gestão de Contratos
Análise Administrativa
2171722


JORGE SIMÕES DE JESUS JUNIOR
Gerente de Contratos e Licitações Substituto



Despacho de Disponibilidade Orçamentária nº 202/2016/CODOF/GEFIN/GGAF/DIGES

Rio de Janeiro, 15 de julho de 2016.

Ao Sr. Gerente de Contratos e Licitações Substituto

Referência: Processo 33902.202132/2013-92

Assunto: Prorrogação do Contrato nº 55/2012 - prestação de serviços de Banco de Dados de Sistemas de TI

À GECOL,

1. Em atendimento à Lei Complementar 101/2000, artigos 15 a 17, informo que os recursos orçamentários disponíveis para fazer face à presente despesa constam da previsão orçamentária desta ANS para o exercício 2016, conforme classificação e valor abaixo discriminados.

FT	Programa de Trabalho	ND	2016
174	10.126.2015.8727.0001 - Sistema de Informação para a Saúde Suplementar	33903727	428.398,93
TOTAL			428.398,93

2. Informo, ainda, que os recursos para fazer face à presente contratação constarão de proposta orçamentária à conta dos créditos consignados no Orçamento Geral da União (OGU) para esta Agência para o(s) próximo(s) exercício(s).

FT	Programa de Trabalho	ND	2017
174	10.126.2015.8727.0001 - Sistema de Informação para a Saúde Suplementar	33903727	2.059.078,71
TOTAL			2.059.078,71

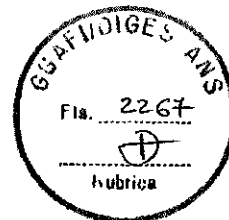
Atenciosamente,


DAYSE RODRIGUES NEVES
Gestor Financeiro Substituta

Protocolo nº 33902. 492606 /2016-21

Data Registro: 21/07/2016 Hora: 15 h 38

Assinatura: W. Pereira



Despacho nº 424 /2016/GGAFI/DIGES/ANS

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2016.

À Gerência de Consultoria Administrativa - GEADM,

Senhor Gerente,

1. De acordo com o Despacho nº 855/2016/GECOL/GGAFI/DIGES, da Gerência de Contratos e Licitações, autorizo a prorrogação do Contrato nº 55/2012, nas condições apresentadas.
2. Remeto os autos à Procuradoria Federal em exercício nesta ANS para análise e emissão de parecer, em consonância com o § 3º do art. 30 da Instrução Normativa nº 02/2008/SLTI/MPOG e inciso VI do art. 3º da Instrução de Serviço nº 09/2013 da Procuradoria Federal junto à ANS.

Atenciosamente,


WASHINGTON PEREIRA DA CUNHA
Gerente-Geral de Administração e Finanças Substituto

22 07/2016
10-24



**MINUTA QUARTO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO ADMINISTRATIVO
Nº 55/2012, FIRMADO ENTRE
AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE
SUPLEMENTAR - ANS E CTIS
TECNOLOGIA S/A**

A **AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS**, Autarquia Especial, vinculada ao Ministério da Saúde, criada pela Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.589.068/0001-46, com sede na Avenida Augusto Severo, nº 84 - Edifício Barão de Mauá, Glória, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, doravante denominada **ANS**, neste ato representada pelo seu Gerente-Geral de Administração e Finanças Substituto, **WASHINGTON PEREIRA DA CUNHA**, inscrito no RG sob o nº 106.910.656 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 073.160.047-97, Mat. SIAPE sob o nº 1449236, residente e domiciliado nesta cidade, designado pela Portaria nº 8.180, de 30 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 01 de junho de 2016, Seção II, página 82, consoante à competência delegada pela Portaria nº 8.313, de 18 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 20 de julho de 2016, Seção II, página 35, do Diretor-Presidente da ANS, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratações da ANS, aprovado pela Resolução Administrativa nº 47, de 19 de dezembro de 2011, e de outro lado, a empresa **CTIS TECNOLOGIA S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.644.731/0001-32, estabelecida na SCN Qd. 04, Bl. B, 2º andar, Conj. 201, Centro Empresarial Varig, CEP 70.714-900, Brasília / DF, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **AVALDIR DA SILVA OLIVEIRA**, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade nº 356.831 - SSP-DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 102.252.261-20, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, nos termos do Contrato Administrativo nº 55/2012, Processos nº 33902.202132/2013-92 e 33902.206970/2011-73 mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto:

1.1.1 A prorrogação da vigência contratual por mais um período de 12 (doze) meses, a contar de 29 de outubro de 2016 até 29 de outubro de 2017, com fulcro no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93;

1.1.2 A redução do percentual de 0,02% (dois centésimos por cento) sob o valor global do contrato, equivalente a R\$ 376,00 (trezentos e setenta e seis reais), referente ao Aviso Prévio Trabalhado, da Planilha de Custos e Formação de Preços, ressaltando que os custos fixos ou variáveis não renováveis serão reavaliados a cada prorrogação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1 O valor mensal estimado deste contrato passará de até R\$ 207.321,14 (duzentos e sete mil, trezentos e vinte e um reais e quatorze centavos) para até R\$ 207.287,30 (duzentos e sete mil, duzentos e oitenta e sete reais e trinta centavos) e o anual estimado será de até R\$ 2.487.447,64 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 O presente Termo Aditivo vigorará de 29 de outubro de 2016 até 29 de outubro de 2017.

PARÁGRAFO ÚNICO: O contrato poderá ser rescindido antecipadamente, desde que a CONTRATADA seja previamente notificada com 30 (trinta) dias de antecedência do pedido de rescisão e sem que caiba a CONTRATADA qualquer indenização por esta rescisão antecipada.

CLÁUSULA QUARTA – DA REPACTUAÇÃO

4.1 Fica resguardado o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo a CONTRATADA disponha do instrumento devidamente registrado.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão, no exercício de 2016, à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União a cargo da ANS, sob a seguinte classificação: Fonte 174; Programa de Trabalho 10.126.2015.8727.0001; Natureza da Despesa 33903727.

5.2 As despesas do exercício seguinte e, em caso de prorrogação do contrato, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União a cargo da ANS, nos respectivos exercícios.

CLÁUSULA SEXTA - DO EMPENHO DA DESPESA

6.1 Para atender às despesas do presente Termo Aditivo foi emitida a Nota de Empenho 2016NEXXXX, sem prejuízo da emissão de reforços ou anulações, em razão da disponibilidade orçamentária.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

7.1 A ANS providenciará a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura para ocorrer no prazo máximo de vinte dias, daquela data.

CLÁUSULA OITAVA - DA RATIFICAÇÃO

8.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato Administrativo nº 55/2012 e demais aditivos, em não colidentes.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firmou-se o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos em juízo e fora dele.

Rio de Janeiro, de outubro de 2016.

PELA ANS

PELA CONTRATADA

WASHINGTON PEREIRA DA CUNHA
Gerente-Geral de Administração e Finanças
Substituto

AVALDIR DA SILVA OLIVEIRA
Diretor Presidente

Testemunhas

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
GERÊNCIA DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA - GEADM
R. TEIXEIRA DE FREITAS, 5, CENTRO, RIO DE JANEIRO 4º ANDAR CENTRO - RIO DE JANEIRO/RJ CEP:
20.021-350

PARECER n. 00144/2016/GEADM/PEANS/PGE/AGU

NUP: 33902.202132/2013-92

INTERESSADOS: ANS - DIGES - GGAFI - GERÊNCIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS e
Gerência de Segurança e Tecnologia da Informação – GESTI da ANS.

ASSUNTOS: LICITAÇÕES - Prorrogação do Contrato 55/2012 - Prestação de serviços especializados de sustentação operacional de segurança e Tecnologia da Informação - Banco de Dados (item 2 do Edital)

EMENTA:

- I – Licitação. Pregão. Contrato Administrativo.
- II – Contrato nº 55/2012. Serviços Especializados de Sustentação Operacional de Segurança e Tecnologia da Informação - Banco de Dados (Item 2 do Edital).
- III - Minuta do Quarto Termo Aditivo ao Contrato. Procedimento. Análise.
- IV - Prorrogação da Vigência Contratual. Aprovação com Recomendação(ões).

Senhor Gerente de Consultoria Administrativa,

RELATÓRIO E FUNDAMENTAÇÃO

1. Trata o presente processo de contratação de pessoa jurídica, CTIS TECNOLOGIA S.A. com a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, para prestação de serviços especializados de sustentação operacional de segurança e Tecnologia da Informação, Banco de Dados, constante do Item 3 do Objeto do Edital do Pregão Eletrônico nº 11/2012 (fl. 02).

2. A contratação foi formalizada por meio do Contrato 55/2012 (fls. 143/153).

3. Com o Primeiro Termo Aditivo houve a prorrogação da vigência contratual, a alteração de redação de subcláusula e a supressão do percentual referente à rubrica do Aviso Prévio Trabalhado (fls. 297/298).

4. No Segundo Termo Aditivo foi implementada a prorrogação da vigência contratual por 12 meses e repactuação dos valores (fls. 1382/1383).

5. Com Terceiro Termo Aditivo foi prorrogada a vigência contratual pelo período de 12 meses, até 29/10/2016 (fls. 1759/1760).

6. Registre-se ainda os autos analisados nesta oportunidade são provenientes dos autos do processo original de contratação, sendo justificado o desmembramento porque houve várias empresas adjudicantes dos itens licitados, constando técnica para empreender maior facilidade no manuseio, análise e deliberações nos diversos contratos formalizados.

7. Nesta oportunidade, os autos vieram para análise da minuta do Quarto Termo Aditivo, (fls. 2264/2265), que tem por objetivo a prorrogação do contrato por período de 12 meses, a contar de 29 de outubro de 2016, consoante sua Cláusula Primeira.

8. A Administração demonstrou interesse na prorrogação do contrato no Despacho 23/2016/COSIT/GGETI/DIGES/ANSI] de 1º de julho de 2016 (fl. 2214/2214v) e Relatório 268/2016/GECOL/GGAFI/DIGES/ANS de 20 de julho de 2016 (fls. 2261/2263v), apresentando as justificativas para a manutenção do Contrato. A Contratada, por sua vez, anuiu à prorrogação contratual (fls. 2179/2181).

9. Quanto à vantajosidade da prorrogação, a Administração argumentou que consoante novas disposições do inciso I do §2º, do art. 30-A da Instrução Normativa nº 02 SLTI/MPOG de 30 de abril de 2008 com redação dada pela **Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013**, está dispensada da realização da pesquisa de mercado para a prorrogação porquanto o contrato é de prestação de serviços continuados e prevê reajuste de preço com base em convenção, acordo coletivo ou em decorrência de lei (ver letra 'g' do Item 24 do Relatório 268/2016 da GECOL de 20 de julho de 2016 (fl. 2262v).

10. Os recursos orçamentários para suprir as despesas foram indicados por meio do documento Disponibilidade Orçamentária nº 202/2016/CODOF/GEFIN/GGAFI/DIGES, fl. 2255.

11. O procedimento de prorrogação do Contrato nº 55/2012 foi verificado pela Gerência-Geral de Administração e Finanças - GGAFI, fl. 1673 e encaminhado para Parecer desta Procuradoria e posteriormente para aprovação da Diretoria Colegiada.

12. Assim sendo, de forma a atender ao que preceitua o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, vieram os autos para que esta Gerência de Consultoria emita parecer acerca da aludida minuta de termo aditivo.

É o relatório. Passaremos à análise.

ANÁLISE

13. Ressaltando que o presente exame limitar-se-á aos aspectos jurídicos da matéria proposta e de regularidade processual, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, financeiros ou que exijam exercício da discricionariedade administrativa ou interpretação de conceitos jurídicos indeterminados a cargo dos órgãos competentes, conforme o disposto no art. 2º da Instrução de Serviço PROGE nº 02, de 15 de outubro de 2002, passamos ao seguinte:

Art. 57- A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto ao relativos:

(...)

II – à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses.

14. Por serviços continuados, deve-se entender “aqueles cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente”, conforme disposto no item I do anexo I da Instrução Normativa Nº 02 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, de 30 de abril de 2008.

15. Assim, para que a prorrogação possa ocorrer, na forma do disposto no art. 57, inciso II da Lei nº 8.666, de 1993, devem ser atendidos os seguintes pressupostos:

- . Constar sua previsão no contrato;
- . Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- . Existir interesse da Administração e da empresa contratada;
- . For comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;
- . For constatado que os preços contratados permanecem vantajosos para a administração;
- . Estiver justificada e motivada por escrito, em processo correspondente;
- . Estiver previamente autorizada pela autoridade competente.

16. Com relação ao primeiro requisito, a cláusula décima do contrato nº 55/2012 autoriza a prorrogação do prazo de vigência por até 60 (sessenta) meses (fl. 146v).

17. O segundo requisito foi atendido com a manifestação da Administração consoante Despacho 23/2016/COSIT/GGETI/DIGES/ANS1] de 1º de julho de 2016 (fl. 2214/2214v).

18. O terceiro requisito encontra-se devidamente preenchido, conforme se verifica nos documentos de fls. 2214/2214v, 2261/2263v e 2179/2181, respectivamente.

19. A manutenção das condições de habilitação foi comprovada ao tempo da remessa dos autos mediante os documentos de fls. 2256 e seguintes que demonstraram a situação regular da contratada, contudo com o transcurso do tempo, uma ou mais certidões estarão vencidas ao momento previsto para a celebração do termo de prorrogação. Desta forma, quando bem próximo da celebração do termo da pretendida prorrogação, nova pesquisa no SICAF (ou demais certidões, se necessário) há de ser realizada para a verificação da manutenção da situação de regularidade da contratada.

20. Em referência à vantajosidade da prorrogação, a Administração argumentou que consoante novas disposições do inciso I do §2º, do art. 30-A da Instrução Normativa nº 02 SLTI/MPOG de 30 de abril de 2008 com redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013, está dispensada da realização da pesquisa de mercado para a prorrogação porquanto o contrato é de prestação de serviços continuados e prevê reajuste de preço com base em convenção, acordo coletivo ou em decorrência de lei (ver letra 'g' do Item 24 do Relatório 268/2016 da GECOL de 20 de julho de 2016 (fl. 2262v).

§ 2º A vantajosidade econômica para prorrogação dos contratos de serviços continuados estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, quando o contrato contiver previsões de que: **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

I - os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo ou em decorrência de lei; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

II - os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE; e **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

III - no caso de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e de vigilância, os valores de contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação serão iguais ou inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MP. (Dispositivo incluído pela Instrução Normativa No 6, de 23 de dezembro de 2013)

21. Com efeito, o presente contrato é de prestação de serviços continuados e prevê reajuste de preço com base em convenção, acordo coletivo ou em decorrência de lei (contrato na Cláusula Décima Sétima - fls. 152v/153v).

22. Registre-se que o presente exame tem fundamento na presunção de que os elementos técnicos utilizados pela Administração na pesquisa de preços são idôneos à verificação da vantajosidade de se manter a contratação atual.

23. Quanto ao item 6º, vale registrar que a justificativa da prorrogação se encontra presente nos autos (fls. 2214/2214v, 2261/2263v e 2266).

24. A autorização para a prorrogação na forma do §2º do art. 57 da Lei 8.666/90 consta dos autos (fl. 2267).

MINUTA DO TERMO ADITIVO

25. Quanto à minuta do Termo Aditivo, verifica-se que foi elaborada consoante às normas vigentes, merecendo aprovação.

CONCLUSÃO

26. Por todo o exposto, entendemos não constar empecilhos para a efetivação da prorrogação contratual, desde que observadas e atendidas a(s) recomendação(ões) mencionada(s) neste parecer quanto a verificação da regularização da situação de habilitação da contratada com nova pesquisa no SICAF (e demais certidões, se necessário - subitem 18).

27. Sendo este o parecer, submeto-o a sua apreciação, sugerindo oportuna remessa dos autos à Gerência-Geral de Administração e Finanças - GGAFI para ciência e prosseguimento do feito.

Gerência de Consultoria Administrativa,
Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2016.

DILSON JORGE MASCARENHAS DOS SANTOS
PROCURADOR FEDERAL
SIAPE 1186373

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 33902202132201392 e da chave de acesso d6e18f0f



Despacho 964/2016/GECOL/GGAFI/DIGES/ANS

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2016.

À Gerência Geral de Administração e Finanças - GGAFI

Processo nº: 33902.202132/2013-92

Assunto: Atendimento às recomendações da PROGE e solicitação de inclusão do tema: Autorização Prorrogação Contrato nº 55/2012, na pauta da próxima reunião da Diretoria Colegiada – DICOL.

Prezado Sr. Gerente Geral de Administração e Finanças Substituto,

1. O processo em epígrafe trata de pedido de prorrogação do Contrato nº 55/2012, firmado com a empresa CTIS TECNOLOGIA S.A, inscrita no CNPJ nº 01.644.731/0001-32, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de banco de dados de sistemas de TI.
2. O procedimento foi submetido à análise da Procuradoria Geral junto à ANS, que emitiu o Parecer n. 00144/2016/GEADM/PFANS/PGF/AGU, fl. 2269/2270 Em atendimento às suas orientações temos:
3. Item 18 - Foi realizada nova consulta ao SICAF, fl.2273, estando a contratada em situação regular perante a Administração.
4. Por estar atendida a recomendação do citado parecer, encaminho o presente administrativo à GGAFI, para fins de autorização da prorrogação do Contrato Administrativo n.º 55/2012 pela Diretoria Colegiada da ANS, nos termos do Decreto nº 7.689/2012, da Portaria nº 249/MPOG, de 13/06/2012 e da Portaria nº 1338/MS, de 28/06/2012.
5. Após autorização da Diretoria Colegiada, solicito o encaminhamento dos autos à GEFIN para emissão da nota de empenho/reforço.

Atenciosamente,


JORGE SIMÕES DE JESUS JÚNIOR
Gerente de Contratos e Licitações Substituto